A educação da pessoa com deficiência auditiva no Brasil

*Cláudio Fernando André**

*Maria Cristina Teixeira***

Resumo

O objetivo deste artigo é sistematizar e analisar o desenvolvimento da educação das pessoas com deficiência auditiva no Brasil. Para tanto, foram abordados os seguintes aspectos: o conceito e espécies de deficiência auditiva, os aspectos históricos da educação desta parcela da população, a educação inclusiva na legislação brasileira, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência.

Palavras-chave: Educação. Educação inclusiva. Deficiência auditiva. Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência.

The education of the person with hearing disability in Brazil

Abstract

The purpose of this article is to systematize and analyze the development of the education of hearing-impaired people in Brazil. The following aspects were addressed: the concept and species of hearing impairment, the historical aspects of education in this part of the population, inclusive

* Pós Doutor em Informática pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor e pesquisador do Mestrado e Doutorado do Programa de Tecnologias da Inteligência e Design Digital (TIDD) e Coordenador do Mestrado em Jogos Digitais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação da Universidade Metodista de São Paulo.

** Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Metodista de São Paulo. Advogada.

education in Brazilian legislation, especially since the 1988 Constitution and the Brazilian Inclusion of Individuals with Disability.

Keywords: Education. Inclusive education. Hearing deficiency. Brazilian Law on the Inclusion of Persons with Disabilities.

La educación de la persona con discapacidad auditiva en Brasil

Resumen

El objetivo de este artículo es sistematizar y analizar el desarrollo de la educación de las personas con discapacidad auditiva en Brasil. Para ello, se abordaron los siguientes aspectos: el concepto y las especies de deficiencia auditiva, los aspectos históricos de la educación de esta parcela de la población, la educación inclusiva en la legislación brasileña, especialmente a partir de la Constitución de 1988 y de la Ley Brasileña de Inclusión de Persona con discapacidad.

Palabras clave: Educación. Educación inclusiva. Pérdida de audición. Ley Brasileña de Inclusión de Persona con Discapacidad.

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo identificar e analisar os principais aspectos da desenvolvimento da educação das pessoas surdas no Brasil. Para tanto, a partir dos conceitos de surdez, deficiência auditiva e educação inclusiva, trata do desenvolvimento desta espécie de educação e da inclusão dos surdos no sistema educacional, especialmente a partir da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases.

A educação, direito fundamental social, recebeu da Constituição de 1988 tratamento minucioso, com a indicação de princípios e regras estabelecidos para a construção de um sistema educacional apto a realizar as finalidades preconizadas no art. 205 de seu Texto, quais sejam, o desenvolvimento integral da pessoa, a preparação para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Tais objetivos se destacam quando refletimos sobre a situação das pessoas com deficiência, especialmente no caso deste estudo das deficientes auditivas. Esta situação, a de limitação física, recebe da legislação brasileira, especialmente após o advento da Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), atenção especial, própria do

tratamento jurídico, político e social necessário à inclusão deste segmento da população.

Conforme informações do último censo,¹ 45.606.048 milhões de pessoas declararam ter pelo menos uma espécie de deficiência. Esse número equivale a 23,9% da população brasileira. Sua inclusão é uma questão de desenvolvimento do Estado Brasileiro, conforme estabelecido nos objetivos fundamentais do art. 3º do Texto Constitucional: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a diminuição das desigualdades regionais e sociais, e a eliminação de quaisquer formas de preconceito e discriminação.

O caminho para atingir esses objetivos e, por consequência, vivermos em um país com índices de crescimento econômico e social adequados, depende, necessariamente, da educação que realize as finalidade já referidas. Apenas uma sociedade formada por cidadãos conscientes de seus direitos e, também, de seus deveres, poderá se desenvolver de modo a possibilitar a todos oportunidades para seu crescimento pessoal, social, econômico e político. Aqui se coloca a necessidade e o desafio da inclusão das pessoas com deficiência.

2. Surdez e deficiência auditiva

Os termos surdez e deficiência auditiva são utilizados para designar pessoas diferentes no que diz respeito à profundidade da perda auditiva. O termo surdez é utilizado de forma comum, para a impossibilidade ou dificuldade de ouvir. Um bebê que não reage a som algum, é considerado surdo, porque ele nunca ouviu ou saberá o que é um som. Deficiência auditiva é mais utilizado pelos profissionais da área médica, devido a vários fatores que podem ocorrer antes, durante ou depois do nascimento.

Varia entre grau leve e profundo, ou seja, o indivíduo pode não ouvir apenas sons fracos, ou até mesmo não ouvir nada. A

¹ A respeito v. **Censo Demográfico 2010** – características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Disponível em: [≤https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf≥](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf)

pessoa que nasce ouvindo e, depois de alguns anos, perde a audição, por qualquer motivo, é considerada deficiente auditivo. Podemos citar como exemplos o idoso que vai diminuindo seu potencial de audição com o passar dos anos e aquele exposto a barulho, como o trabalhador que utiliza britadeira.

O termo deficiente auditivo é utilizado neste trabalho por entender que a palavra deficiente não é utilizada na condição pejorativa, e sim porque, cientificamente, existem diversos níveis de surdez, ou seja, nem todo os deficientes auditivos não escutam nada. Este trabalho trata dos alunos deficientes auditivos com grau de surdez severa ou profunda.

A palavra deficiência é derivada do latim *deficientia*, que significa falta, imperfeição, insuficiência. Esse conceito não é o defendido pelas concepções pedagógicas atuais a respeito do ensino, principalmente no que diz respeito às necessidades especiais, definidas como “aquelas que se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem” (Declaração de Salamanca, n.º 3).

O princípio que norteia a educação atual é o da inclusão, que não traz a possibilidade de separar rotineiramente os deficientes de outras pessoas, em face de sua falta ou imperfeição. Ao contrário, entende que devem ser mantidos, toda vez que possível, junto de outros, de modo que possam sentir-se aceitos e aptos para conviver com todas as pessoas.

Esta ideia pode provocar mudanças qualitativas importantes, na medida em que vai possibilitar a todos, educadores, alunos, pais e à sociedade em geral, encarar o problema da deficiência de maneira firme e concreta, dando-lhe tratamento adequado, com o uso devido de recursos financeiros, tecnológicos e educacionais.

Existem deficientes auditivos que percebem poucos sons (em geral os mais fortes e graves) e outros que escutam melhor, ou seja, nem todo deficiente auditivo tem a mesma perda de audição.

A perda auditiva é mensurável e o decibel (dB) é a unidade de medida de intensidade sonora. De acordo com a *International Standards Organization* (I.S.O), tem-se uma escala de níveis, medidos

em dB, nas frequências 5000, 1000 e 2000 Hz, para a classificação da deficiência auditiva. Essa classificação, por utilizar uma escala audiométrica adotada internacionalmente, é de caráter universal e estabelece que a surdez pode ser leve, moderada, severa e profunda.

Leve é aquela que diz respeito ao indivíduo que apresenta deficiência auditiva situada até quarenta decibéis. A deficiência auditiva de até quarenta decibéis impede que qualquer pessoa perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, essa pessoa é considerada como desatenta, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa surdez não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatorio ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

A moderada diz respeito ao indivíduo que apresenta deficiência situada entre 41 e setenta decibéis. Os limites encontram-se no nível da percepção da palavra, sendo necessário que a voz tenha certa intensidade para que seja convenientemente percebida.

São frequentes o atraso do aprendizado da linguagem e alterações articulatorias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Essas pessoas têm maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Nesse nível, identificam as palavras mais significativas, tendo dificuldade de compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à aptidão individual para a percepção visual.

A surdez severa é a situada entre 71 e noventa decibéis e permite, apenas, a identificação de alguns ruídos familiares. Neste caso, só se percebe a voz forte e pode-se chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem preparada, a criança poderá adquirir alguma linguagem. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, da aptidão para utilizar a percepção visual e observar o contexto das situações.

A surdez profunda é a deficiência auditiva superior a noventa decibéis. Sua gravidade é tão intensa que priva a pessoa das

informações auditivas necessárias para identificar a voz humana, impedindo que adquira a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica, quanto à identificação simbólica da linguagem. O bebê que nasce deficiente auditivo balbucia como o bebê de audição normal, mas, no momento em que a estimulação auditiva externa, à qual não tem acesso, passa a ter importância para a aquisição da linguagem oral, suas emissões vocais começam a desaparecer. Não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que não a percebendo, se desinteressa dela, não possuindo modelo para dirigir suas emissões.

3. A história da educação da pessoa com deficiência auditiva no Brasil

De acordo com Weihs (1984), os primeiros esforços para ensinar crianças deficientes auditivas a ler, escrever e falar, efetuados nos séculos XVI e XVII, podem ser vistos como o começo histórico de educação especial e terapêutica.

Segundo Perelló e Tortosa (1972), o médico Jerome Cardano (1501-1578) foi o primeiro a indagar sobre as possibilidades da pedagogia da pessoa com deficiência auditiva e proclamar o direito que esta tem à educação, propondo princípios para o ensino do deficiente auditivo com grafias das palavras ou seus pareamentos como os respectivos objetos ou figuras.

No entanto, o beneditino Pedro Ponce de León (1510-1584) propôs princípios mais avançados para a educação do deficiente auditivo. Como conseguiu compreender que a mudez era uma consequência da deficiência auditiva, pareceu-lhe lógica a substituição de um sentido por outro para atingir o desenvolvimento intelectual do deficiente auditivo. Iniciou-se, então, o ensino das palavras através da visão, para observar a mobilidade do rosto na ocasião de suas emissões, vindo, essa forma de ensino, a ser conhecida futuramente, como método oral.

Juan Pablo Bonnet (1579-1633) foi outro educador considerado de grande importância na metodologia da educação

do deficiente auditivo. Em 1620, publicou o livro *Reducción de las letras y arte de enseñar a hablar a los mudos*, obra composta de duas partes: a primeira, apresenta uma descrição das qualidades fonéticas das letras do alfabeto e a segunda, descreve o procedimento para ensinar ao deficiente auditivo.

Segundo Bonnet, primeiramente ensina-se o alfabeto manual, representado com uma só mão e, uma vez aprendidos os movimentos dactilológicos (alfabeto manual), ensina-se o aluno a transferir da visão para a vocalização os traços distintivos que, por comutação, diferenciam um som do outro, começando pelas vogais.

Em seguida, são ensinadas as consoantes, apoiadas em vogais, sílabas, palavras e, depois de ensinado um número considerável de palavras, são ensinadas as partes da oração e regras gramaticais. Sendo assim, segundo Perelló e Tortosa (1972), conclui-se que o método Bonnet caracteriza-se pela oralização associada à dactilografia. A partir do trabalho desse autor, outros foram realizados para investigar o procedimento para a educação do deficiente auditivo. Outros livros foram publicados por estudiosos do tema, principalmente na Europa, destacando-se Jacob Rodrigues Pereira, Charles Michel L'Epeé e Samuel de Heinicke.

Jacob Rodrigues Pereira (1734-1780) aplicou inicialmente o método de Bonnet para ensinar a sua irmã, deficiente auditiva. Utilizou a articulação por meio da vista, do tato e da memória dos movimentos dactilológicos, ensino da voz partindo da percepção tátil das vibrações sonoras e ensino da entonação por meio de gesto e do acento pela marcação do compasso. Portanto, o método de Pereira também se fundamenta na oralização.

O abade Charles Michel de L'Eppé, (1712-1789), inicialmente, estudou e aplicou os procedimentos contidos no livro de Bonnet, privilegiando o oralismo. Posteriormente, abandonou parcialmente aqueles ensinamentos e começou a introduzir o procedimento de ensinar a linguagem ao deficiente auditivo por meios gramaticais, nos quais ordenava as palavras como partes da língua e classificava-as segundo sua função gramatical.

As regras gramaticais serviam para a apresentação da linguagem e para a construção das frases. L'Epeé criou o alfabeto manual utilizado apenas para ensinar nomes próprios ou termos abstratos, sendo as demais palavras expressas por gestos. Com esse procedimento de ensinar por meio de signos manuais e gestos, L'Epeé desvalorizou o oralismo. Em posição contrária, com defesa dos procedimentos do oralismo, destacou-se na Alemanha o educador Samuel de Heinicke (1729-1790).

De acordo com a *Deaf Interactive Encyclopedia*, nos Estados Unidos da América, a educação especial para o deficiente auditivo, como ação planejada, teve início em 1817, quando o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet e Laurent Clerc fundaram a *American School for the Deaf*.

A partir da controvérsia sobre manualismo e oralismo, surgida entre L'Epeé e Heinicke, constata-se a proposição de inúmeras orientações para a educação do deficiente auditivo, que passaram a ser adotadas indiscriminadamente nas instituições existentes para a educação dos mesmos, e provocaram uma situação controversa quanto à opção dos educadores quanto à adoção do manualismo ou do oralismo, propiciando com isto a realização do primeiro evento científico – Primeiro Congresso Internacional para Professores de Deficientes Auditivos, realizado em Paris, em 1878 – reuniu professores, com a finalidade de discutir sobre a melhor opção entre o manualismo e oralismo.

Segundo os estudiosos citados por Costa (1992), as conclusões desse primeiro Congresso foram ambíguas quanto à utilização daqueles métodos, contribuindo para confundir os professores especializados. Outros congressos foram realizados na Europa e nos Estados Unidos, com a mesma finalidade de indicar a supremacia da tendência manualista ou da oralista.

De acordo com o autor (1992), a controvérsia continuou existindo, privilegiando alternativamente um e outro método, ou ainda, uma terceira tendência, que é a mistura do oralismo e do manualismo.

O atendimento à pessoa portadora de necessidades especiais, no Brasil, teve início no século passado, quando foram criadas duas escolas residenciais para cegos e deficientes auditivos, respectivamente, em 1854 e 1857, destinadas ao atendimento dessa clientela específica, provenientes de diversas partes do território nacional.

Segundo Mazzotta (1993), a preocupação em propiciar uma educação especial aos alunos portadores de deficiências evidenciou-se no Estado de São Paulo em 1917, com a criação da primeira “escola de anormais”, na capital. Embora tenha sido criada por lei, a escola não chegou a ser instalada.

A primeira manifestação governamental sobre educação especial, regulamentando a mesma em âmbito estadual, foi a instituição do Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933. Dentre outros princípios e diretrizes, inclui a “educação especializada” no contexto da educação pública deste Estado.

Por volta de 1950, iniciaram-se os movimentos de pais e profissionais em defesa do direito ao atendimento personalizado dos então denominados excepcionais. Foi assim que começaram a surgir as Sociedades Pestalozzi e as Associações de Pais e Amigos Excepcionais – APAEs, com a preocupação de implantar, implementar e manter o atendimento especializado.

Ao mesmo tempo, tais instituições constituíram-se em organismos de pressão e conscientização junto à comunidade e ao Poder Público, com o objetivo de sistematizar o que então já se convencionou caracterizar como Educação Especial que, como parte da Educação, utiliza metodologia específica para atender às pessoas portadoras de necessidades específicas.

Em 1958, o Ministério da Educação e Cultura, com a preocupação de dinamizar a Educação Especial e desenvolver trabalhos em âmbito nacional de assistência técnica e financeira às Secretarias de Educação e Instituições Especializadas, instituiu a Campanha Nacional de Educação de Deficiente Auditivos.

No final dos anos 50, e início da década de 60, foram criadas classes para atendimento de alunos deficientes auditivos, físicos,

mentais e visuais. Também foram instalados cursos oficiais para especialização de professores e criados, nos órgãos centrais, setores próprios para a orientação desta área da educação.

Na década de 70, decisões significativas foram tomadas, no plano federal, estabelecendo-se as bases técnico-pedagógico-administrativas para o desenvolvimento da Educação Especial no país, possuindo relevo a entrada em vigor da nova Lei de Diretrizes e Bases (lei 5692/71), que no artigo 9º faz referência à postura legal em relação à Educação Especial. A partir daí, o governo elegeu a Educação Especial como área de ação prioritária no Plano Setorial da educação e cultura, no qual foram fixados objetivos e estratégias para atuação.

Em julho de 1973, foi criado, na estrutura do Ministério da Educação, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, com a finalidade de planejar, coordenar e favorecer o desenvolvimento do primeiro e segundo graus (hoje ensino básico, fundamental e médio), ensino superior e supletivo, para os deficientes auditivos, visuais, mentais e para os portadores de deficiências múltiplas, educandos com problemas de conduta e superdotados, visando à participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial.

Em 1985, o Governo Federal avaliou o panorama da Educação Brasileira e assumiu o propósito de estender a todos os cidadãos a oportunidade de acesso à educação, configurada como ação eminentemente democrática, tratada dentro de uma perspectiva ampla e global. A Educação Especial, em sintonia com estes objetivos e metas, passou por uma redefinição em sua política de ação, atendendo a princípios e linhas de ação que estimulassem a consciência nacional quanto à sua importância político-social.

Foi instituído, neste mesmo ano, o Comitê Nacional para Educação Especial, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Ação Conjunta, com as seguintes finalidades: pormenorizar e especificar as ações a serem desenvolvidas; propor a criação de uma coordenação executiva, destinada a viabilizar o plano.

Partiu daí a preocupação de elaborar um mecanismo para incentivar e coordenar as ações entre os vários ministérios, vinculados direta ou indiretamente com o problema. Foi então criada a Coordenação Nacional para Integração da Pessoa com Deficiente – CORDE² – com o objetivo de coordenar as ações governamentais do Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração das Pessoas Deficientes, pessoas com problema de conduta e pessoas superdotadas.

O Comitê propôs, ainda, após avaliação administrativa e técnica das responsabilidades do Ministério da Educação e Cultura na área, a necessidade de redimensionar, institucionalmente, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, para a implantação de uma política setorial articulada com os Serviços de Educação Especial e de uma política setorial articulada com os Serviços de Educação Especial das Secretarias de Educação, fortalecendo as estruturas estaduais, municipais e comunitárias na oferta de atendimento educativo. Deste modo, o CENESP foi transformado, pelo decreto 93.613/86, na Secretaria de Educação Especial – SESPE³.

A Constituição de 1988 estabeleceu princípio e regras importantes no que refere à previsão e realização dos direitos fundamentais, entre eles a educação, bem como, à situação dos vulneráveis, aqui destacadas as pessoas com deficiência.

Atualmente, as pessoas com deficiência, têm seus direitos assegurados pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13146/2105), pelas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas

² Este órgão passou por várias modificações em sua estrutura e status. A partir de 2010, por meio do Decreto 7.256/10, este órgão passou a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

³ Este órgão passou por várias modificações em sua estrutura, tendo sido extinto em 2011, pelo Decreto 7280. Desde 2017, com a edição e vigência do Decreto 9005, suas atividades passaram a ser realizadas pela Diretoria de Políticas e Educação Especial, vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão da Diretoria de Desenvolvimento da Educação em Saúde do Ministério da Educação.

dos Municípios, além de outras leis federais, estaduais, distritais e municipais, que garantem, unanimemente, o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A estrutura educacional brasileira é definida pela Lei de Diretrizes, já mencionada.

4. A legislação brasileira sobre as pessoas com deficiência auditiva

Não é objetivo deste artigo traçar um perfil detalhado da legislação relativa à educação do deficiente auditivo. A intenção é conhecer o conjunto de leis que regulamentam a matéria para situá-la dentro de nosso contexto social, e verificar sua efetiva aplicação.

A educação, direito fundamental social previsto nos arts. 6º e 205 a 214 da Constituição, é objeto de disciplina em todas as esferas de poder político, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, cabendo a cada uma o cuidado específico de uma etapa do processo educativo.

Além do Texto Constitucional, trata da educação das pessoas com deficiência a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13146/2015), além de outras leis federais, estaduais distritais e municipais, cada qual dentro de seu âmbito de competência.

A primeira, nos arts. 205 a 214, em razão de sua posição de primazia como base de toda a legislação nacional, indica os princípios a serem observados no tratamento destas questões por todas as pessoas políticas. A disciplina do tema é minuciosa, indicando, conforme referido, que a educação é um direito fundamental de natureza social, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, que tem como objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (art. 205).

Em seguida, valorizando o ensino formal e o direito de acesso a esta forma de obtenção do conhecimento, descreve, no art. 206, os princípios que devem nortear a prestação deste serviço

público: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, fundamental para que todos possam usufruir deste direito, cujos mecanismos foram indicados no art. 208, dentre eles o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso a ele na idade própria, o *atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino*, (grifo dos autores) e a oferta de ensino noturno regular e atendimento ao educando, entre outros.

No mesmo artigo, encontram-se os princípios da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento e o saber, que possibilitam a coexistência de várias ideias e concepções pedagógicas, a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, importantíssima em face das condições econômicas e financeiras de grande parte da população, a valorização dos profissionais que atuam nessa área, a gestão democrática do ensino, que implica sua descentralização e, finalmente, a garantia do padrão de qualidade, que possui como reflexo, atualmente, a realização dos exames para as escolas de ensino médio e instituições de ensino superior.

Estabelece, ainda, que os municípios se ocupem de maneira típica da educação infantil e fundamental (art. 211, § 2º), e os Estados, da educação fundamental e média (art.211, § 3º). O tratamento especial ao portador de deficiência está previsto no art. 208, III, já mencionado. Pode-se verificar que a Constituição Federal não contém menção expressa a cada uma das deficiências.

A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), por sua vez, detalha os princípios e disposições genéricas contidos na Constituição Federal, devendo ser observado pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal em suas legislações e programas educacionais. Faz menção expressa à educação inclusiva nos artigos 28 e 30, aqui reproduzidos, descrevendo seu atendimento e conferindo-lhe uma série de direitos:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

- I – sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como, o aprendizado ao longo de toda a vida;
- II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
- III – projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;
- IV – oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;
- V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;
- VI – pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;
- VII – planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;
- VIII – participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;
- IX – adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;
- X – adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI – formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII – oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

- XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV – inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV – acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII – oferta de profissionais de apoio escolar;
- XVIII – articulação intersetorial na implementação de políticas públicas.

§ 1º Às instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos I, II, III, V, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XVIII do *caput* deste artigo, sendo vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas no cumprimento dessas determinações.

§ 2º Na disponibilização de tradutores e intérpretes da Libras a que se refere o inciso XI do *caput* deste artigo, deve-se observar o seguinte:

I – os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II – os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

Conforme se verifica da leitura do parágrafo 1º do referido artigo, todas as disposições contidas nos incisos mencionadas, exceção feita àquelas dos incisos IV (oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas) e VI (pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva). Ainda, quanto às instituições de ensino superior e de educação tecnológica, públicas e privadas, estabelece o art. 30 deste diploma legal:

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas e privadas, devem ser adotadas as seguintes medidas:

I – atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II – disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III – disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV – disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V – dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade;

VI – adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência, no domínio da modalidade escrita da língua portuguesa;

VII – tradução completa do edital e de suas retificações em Libras.

No que se refere aos portadores de deficiência auditiva, a isenção das instituições privadas da obrigatoriedade do oferecimento do ensino bilíngue é uma situação que, certamente, trará prejuízos ao seu processo de ensino e aprendizagem.

5. Considerações finais

Da leitura deste trabalho é possível verificar que a educação das pessoas com deficiência, especialmente daquelas com deficiência auditiva, teve progressos importantes, no que diz respeito à adoção da Língua Brasileira de Sinais, da obrigatoriedade de sua realização nos estabelecimentos públicos e possibilidade de sua reivindicação em instituições privadas, uma vez que, a partir da promulgação da Constituição de 1988 o tratamento da pessoa com deficiência foi modificado para a previsão de ações relacionadas à sua inclusão social.

Em relação à educação, é importante ressaltar o papel fundamental que ocupa a Lei 13146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que em seu Capítulo IV possui disposições específicas em relação à educação, tendo assimilado em seu texto nomenclatura, direitos e garantias que estabelecem posição adequada a este segmento da população.

A educação, conforme referido em outros pontos deste texto, é um direito fundamental social. É importante lembrar que deve ser realizado nos moldes estabelecidos pelo Texto Constitucional e a legislação em geral, ou seja, é preciso dar às disposições constitucionais e legais eficácia social, que sejam cumpridas as normas para que a educação faça a diferença que esperamos e desejamos na vida de todos.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: ≤http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm≥. Acesso em: 14. nov. 2018.

BRASIL. **Lei 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: ≤http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm≥. Acesso em: 14. nov. 2018.

COSTA, J. M. M. **A Tecnologia Educacional**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 80/91, p. 6-10, jan./abr. 1988.

COSTA, M. L. S. M., **Educação à Distância e formação de educadores. Estudos e Pesquisas**, Rio de Janeiro, n. 21/22, p. 186-209. 1982.

COSTA, M.P.R., **Ensino para Deficientes Mentais: Métodos, Técnicas e Recursos Especiais**. São Carlos: UFSCar, 1987.

_____. **Alfabetização de Deficientes Auditivos: Um Programa de Ensino**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992. Tese de Doutorado.

MAZZOTTA, M. J. S. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Pioneira, 1982.

_____. MAZZOTTA, M. J. S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: EPU, 1993.

PERELLÓ, J.; TORTOSA, F. **Sordomudez – Audionofonologia y Logopedia**. Barcelona: Científico Médico, 1972.

WEIHS, T.J. **Crianças que necessitam de cuidados especiais**. São Paulo: Antroposófica, 1984.

Submetido em: 27-9-2018

Accito em: 30-11-2018